

Pautas para la presentación de la Propuesta de Políticas y Líneas de Acción (PLA)

El *PLA* es un informe original, presentado de modo sucinto, realizado a partir de la reflexión y los resultados del tema desarrollado en el transcurso de la investigación.

El objetivo del informe es enunciar los núcleos problemáticos y los conflictos sociales estudiados; los actores públicos y no estatales involucrados especificando sus posiciones, funcionamiento, tensiones y relaciones. El segundo aspecto se centra en proponer políticas públicas y/o medidas para la acción dirigidas a los partidos políticos, movimientos y organizaciones sociales, considerando sus diferentes dimensiones y contextos sectoriales y territoriales.

Con este perfil de informes CLACSO intenta ampliar la difusión de las investigaciones producidas por los/as académicos/as de América Latina y el Caribe, en el ámbito del pensamiento social y la acción política. Además, tiene la finalidad de transferir conceptos e instrumentos que contribuyan a repensar y abordar políticas públicas y acciones específicas, en diferentes campos del mundo de las relaciones y prácticas políticas.

Particularmente, se busca que estos informes incluyan proposiciones que favorezcan el diseño y aplicación de líneas de acción específicas, contemplando la identificación de actores e instituciones involucrados y/o el establecimiento de los escenarios contextuales que permiten el logro de los objetivos y resultados esperados.

El informe debe ser transmitido en un lenguaje claro, conciso y amigable, en lo posible sin citar autores ni otros trabajos, orientado a que su lectura resulte fácilmente comprensible para un conjunto de lectores diversos, amplio con distinta formación: investigadores, políticos, funcionarios, militantes y público en general. El texto debe ser autocontenido y NO debe remitir al informe o ensayos elaborado por el/a autor/a. Se sugiere NO anexar bibliografía.

Con la intención de facilitar la exposición y el acceso a su línea argumentativa, el *PLA* debe dividirse en tres partes. El documento debe ser completado dentro de esta misma plantilla. Se solicita mantener la estructura y no modificar los subtítulos.

Políticas y líneas de acción [PLA]

Nombre del/la autor/a: Ana Claudia Diogo Tavares, Fernanda Maria da Costa Vieira, Mariana Trotta Dalallana Quintans	Correo electrónico: ana@marianacriola.org.br , fernanda@marianacriola.org.br , mariana@marianacriola.org.br
Institución: Escola Nacional Florestan Fernandes	Fecha de entrega: 11.12.2014
Indicar un título breve y directo para el del documento. Máximo: 75 caracteres con espacios	
<i>Estado de Exceção e ações diretas em busca da democracia no Brasil em 2013</i>	
Resumen de los datos biográficos más relevantes del/la autor/a. Máximo: 150 caracteres con espacios	
As autoras são doutoras em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e professoras em Universidades Federais no Brasil.	
CINCO PALABRAS CLAVE	3. MOVIMENTOS SOCIAIS

1. ESTADO DE EXCEÇÃO	4. MEGAEVENTOS
2. DEMOCRACIA	5. AÇÃO DIRETA
1. PRESENTACIÓN Introducir los temas, problemas y escenarios estudiados, determinado los actores involucrados. Extensión: media página	
<p>A pesquisa que subsidia esse informe analisa a atuação das instituições políticas e jurídicas no contexto dos preparativos para o megaevento Copa do Mundo, bem como os protestos e movimentos sociais emergentes no cenário brasileiro desde junho de 2013, tendo como marco inicial ações contra o aumento das passagens, com manifestações e ocupações convocadas pela internet sem uma coordenação previamente definida. Enfatizamos os protestos sociais na cidade do Rio de Janeiro, pois as autoras participaram da maioria dessas manifestações como advogadas populares.</p> <p>Os protestos que surgiram no Rio de Janeiro convocados pelo Fórum de Lutas contra o aumento das passagens tomaram paulatinamente grandes proporções. Nesse processo, verificamos o papel inicial da repressão policial em provocar o sentimento de injustiça na sociedade, associados aos problemas de acesso ao direito à cidade (transporte público, moradia, saúde e educação), agravados pelos megaeventos esportivos.</p> <p>Verificamos que a mídia e o aparato estatal, através dos poderes executivo, legislativo e judiciário, contribuíram para a criminalização dos manifestantes e dos protestos no contexto analisado. Por outro lado, alguns grupos se constituíram ou se reconfiguraram. Percebemos ainda a atuação de advogados populares nesses protestos na defesa dos direitos dos manifestantes, bem como de midiativistas que colaboravam no registros dos abusos e arbitrariedades das forças policiais.</p>	
2. ANÁLISIS POLÍTICO Realizar un breve análisis político o reflexión en relación con el objeto de estudio. Extensión: media página	
<p>O sentimento de injustiça ante a violência policial que atingiu os manifestantes contrários ao aumento do preço das passagens promoveu uma adesão aos protestos. Entretanto, a repressão policial também contribuiu para o refluxo da participação social nesses protestos.</p> <p>Destacamos o papel da mídia em disputar interpretações sobre os sentidos dos protestos, tendo, inicialmente, desqualificado os protestos mas, posteriormente, com a adesão social aos mesmos passou a defender a legitimidade das manifestações, ao mesmo tempo que promovia a construção de estereótipos de manifestantes, como os “vândalos” e os “pacíficos”.</p> <p>A referida diferenciação também repercutiu nas respostas do Estado aos protestos: se por um lado a passagem de ônibus foi reduzida como era exigido no ciclo de protestos de junho, por outro lado, as manifestações foram acompanhadas de forte repressão policial e criminalização por parte do Estado (executivo, judiciário e legislativo), legitimadas pelos meios de comunicação, sinalizando para a dimensão do Estado Ampliado analisado por Antônio Gramsci (2002).</p> <p>Nesse cenário de prisões, detenções arbitrárias e abusos policiais de todo tipo, coletivos de advogados se articularam e antigos coletivos se rearticular para a defesa jurídica dos manifestantes. Esses advogados passaram a disputar a interpretação das leis nos processos da produção da verdade jurídica, buscando garantir a observância por parte das autoridades os direitos constitucionais dos manifestantes.</p> <p>Assim, como entre os advogados, foi observado que os protestos de junho de 2013 produziram novas configurações e reconfigurações nas ações coletivas existentes antes desse período.</p> <p>Foram identificadas peculiaridades no repertório dessas ações coletivas, com manifestações e ocupações, convocadas pela internet sem uma coordenação previamente definida, diferentes daquelas promovidas</p>	

pelos novos movimentos sociais que se organizaram no período do final da década de 1970 e início dos anos 1980.

As mobilizações de 2013, a semelhança dos processos vividos pelos “novíssimos movimentos sociais” destacados por Gohn (2013) como a Primavera Árabe, os movimentos de ocupação de praças na Europa e Estados Unidos da América, pelo seu caráter massivo, mas também criativo com ações no campo cultural, apontaram promessas de construção de novos meios de participação política, gestando desafios com relação aos modelos tradicionais de participação política.

3. PROPUESTAS

Conjunto de sugerencias y proposiciones en términos de políticas públicas y/o acciones orientadas a los movimientos sociales. En dos perspectivas temporales: de corte inmediato y de largo plazo o estructurales.

Extensión: una página

Diante do cenário descrito, sugerimos a seguir algumas propostas em termos de políticas públicas, que foram defendidas por movimentos e grupos sociais que participaram da construção das manifestações ou que apoiaram os protestos e se insurgiram contra o arbítrio do Estado então evidenciado.

Entre as medidas de médio a longo prazo sugeridas por diversas organizações está a desmilitarização da Polícia Militar, do Estado e da Vida, o que foi objeto de uma Campanha que denunciava a permanência de um modelo autoritário e militarizado de tratar conflitos sociais, impedindo o exercício do direito de manifestação e a consolidação de um Estado efetivamente democrático. A carta de lançamento dessa campanha apontou para uma desmilitarização da política militar que representava “a desvinculação da polícia das forças armadas, fim do seu estatuto militar, concessão de direitos civis e políticos aos servidores da segurança pública, como o direito à sindicalização dos policiais, e construção de um novo modelo de polícia de caráter civil”.

Outra medida necessária de longo prazo reside no processo de democratização do sistema judicial, em especial, em razão de sua atuação ativa na criminalização dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, omissiva no que se refere ao controle dos abusos de poder dos agentes do Estado. Para tal, torna-se fundamental a atuação da sociedade civil na definição dos critérios de escolha dos integrantes dos Tribunais Superiores.

Além de medidas de longo prazo, que envolvem uma mudança no modelo de polícia adotado pelo Estado e a democratização de instituições do sistema de justiça, medidas de curto prazo também podem ser tomadas, como a criação imediata de estruturas dotadas de mecanismos de participação e controle social que permitam a efetiva apuração de condutas dos agentes policiais com consequentes responsabilizações de comportamentos abusivos, arbitrários e até criminosos contra manifestantes.

Sob o ponto de vista do Direito, a revogação de leis que prevêm tipos penais provenientes de períodos ditatoriais, como a que prevê o crime de desacato, já foi recomendada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) aos Estados latino-americanos desde 1994, como incompatíveis com a liberdade de pensamento e expressão, assegurada no artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, sem que tenha sido efetivada pelo Estado brasileiro.

Mesmo sem ter havido a revogação expressa pelo legislativo brasileiro, o poder Judiciário deveria zelar pela efetivação dessa recomendação, ante a inconstitucionalidade das leis de desacato e a violação da Convenção de Direitos Humanos da OEA. Outra legislação de exceção que deveria ser expressamente revogada pelo legislativo ou declarada inconstitucional pelo judiciário é a Lei de Segurança Nacional, por vezes ressuscitada para criminalizar militantes de movimentos sociais.

As manifestações podem ser sintetizadas como revolta contra a violência policial e estatal, mas também expressam uma reivindicação do direito à cidade e a participar da definição de políticas que afetam diretamente suas vidas, como a política de transportes públicos, que beneficia empresas privadas em detrimento da população.

Medidas para ampliar a participação social na definição de políticas e para permitir o controle social popular sobre todas as instituições estatais se tornam fundamentais para evitar que o poder econômico continue prevalecendo sobre o interesse público.

Outras medidas de curto e de médio prazo devem ser tomadas no sentido de democratizar a mídia. A importância das novas mídias para a difusão da violenta e desmedida repressão aos protestos já foi ressaltada. Além da disseminação dessas mídias, os canais de televisão e de radiodifusão devem ser abertos à diversidade de grupos sociais, buscando-se atender a pauta de grupos que defendem a democratização dos meios de comunicação. Nesse aspecto, um ponto que deve ser considerado está na produção de uma regulamentação dos meios de comunicação no Brasil, similar ao ocorrido na Argentina com a criação da Ley dos Medios, que representa a possibilidade de assegurar o direito à informação na medida em que impede a monopolização de alguns grupos (inclusive familiares) controlando os meios de comunicação.

Como forma de se impedir os abusos que comumente ocorrem nas dependências das delegacias de polícia, algo que se tentou impedir com a criação das redes de assessoria jurídica popular durante as jornadas, está em se garantir a presença de um defensor público com atuação na fase pré-instrução criminal, logo atuando nas delegacias, servindo de controle a qualquer tentativa de criação dos flagrantes forjados, bem como um impeditivo aos ataques à integridade física dos indivíduos entendidos como suspeitos.